

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA-CEP.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito da era cristã, às quinze horas e trinta minutos, no Auditório do prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchoa, nº 10, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela décima terceira vez ordinariamente, os membros do Conselho Estadual de Previdência - CEP. A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho, Senhora Francicleide Marinho Lima, cumprimentando os demais membros presentes, fez a verificação do quorum e estando a maioria dos Conselheiros presentes, deu início a reunião, informando que desde o dia primeiro de setembro, foi nomeada como Presidente Interina da AMPREV, e como presidente interina, não sabe quanto tempo vai permanecer, mas que independente do tempo que vai ficar o que quer mesmo é trabalhar e fazer tudo dentro da legalidade, não importante o tempo, o que importa é o hoje e que pede a compreensão dos senhores conselheiros, que por estar há apenas vinte e três dias, ainda não tem todo o conhecimento, e que ainda está tomando pé de toda a situação, e que vai ficar inviável responder a todos os questionamentos, na seqüência, inquiriu aos senhores conselheiros sobre a aprovação das atas das duas reuniões anteriores, ainda pendentes de aprovação, ao que o Conselheiro Rosival Monteiro argüiu que após ouvir o áudio, constatou que as alterações eram muitas sendo necessário ouvir o áudio e refazer a ata, o Conselheiro Marlúcio de Almeida, diz que tomou conhecimento de que a Secretária do Conselho está se desligando da AMPREV, e requereu a sua substituição no Conselho, instada a se manifestar a Secretária do Conselho Rosely Caldas, pediu ao Conselheiro Rosival que pontuasse sobre as alterações a serem feitas, da maneira como a Conselheira Estela Sá, o fez, antes do início da sessão, sendo as retificações feitas de pronto, o Conselheiro Rosival argüiu novamente que as alterações eram tantas que não tinha condições de pontuar, a Secretária do Conselho, manifestou dizendo que iria re-escutar o áudio e proceder as possíveis devidas retificações, a Sra. Presidente do Conselho transferiu a leitura e aprovação das respectivas atas para a próxima sessão, de modo que essa matéria não viesse a atrasar a pauta desta reunião, em seguida passou-se ao terceiro item da pauta, sendo que a Presidente deu posse ao novo Conselheiro Sr. Jony Reis dos Santos, representante dos servidores do poder executivo, ao qual foi concedida a palavra, tendo o mesmo se manifestado nos seguintes termos: cumprimentando os membros do Conselho, deu boa tarde a todos, dizendo que observando as primeiras discussões, que está embarcando em grande um transatlântico, chamado AMPREV, que está singrando nos oceanos, cuja tripulação está aí, e que se sente mais um membro da tripulação, empossado como membro do Conselho, do mesmo nível dos demais, primeiramente conhecendo e tomando pé da situação, procurando na medida do possível obter informações e contribuir para que essa viagem continue, novo nessa tripulação, um dos pontos básicos de sua vida, sempre tem sido procurar tomar informações de quem quer que seja, que para si é bastante simples, de chegar e dizer, conselheiros, companheiros, eu gostaria que você me orientasse, espera contribuir de maneira efetiva, que não está no Conselho só para fazer número, que está vendo que as considerações feitas são bastantes claras, que respeitando

The bottom of the page contains several handwritten signatures and scribbles in blue ink. On the left, there is a circular scribble. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'Jony Reis dos Santos'. To the right of this, there are several other signatures and scribbles, including one that looks like 'Rosely Caldas' and another that is a large, circular scribble. The page number '1' is visible on the right side.

a ausência do Conselheiro que está substituindo não está no Conselho para vir só uma ou duas vezes nas reuniões, conforme já ouviu comentário, e sim tantas quantas vezes for a necessidade, para trabalhar em prol da organização, que a pronúncia de seu nome é um pouco embaraçosa, podendo ser de três formas, Juoni, Jony e Joný, mas que fica a critério dos senhores conselheiros, e que o nome que o chamarem será ele mesmo, o Conselheiro Marlúcio lamenta que o Conselheiro tenha chegado quase no final do mandato do Conselho, mas que o Conselho está de portas abertas, que a luta no Conselho é a luta do servidor público do Estado, para que a Amprev trilhe um caminho que ainda não achou até hoje, e que o embate é muito sério, e que todos os presidentes que já passaram pela AMPREV, não tiveram compromisso porque não vão se aposentar pela AMPREV, que bom que o conselheiro chegou com vontade de trabalhar, e que lamenta que o conselheiro tenha no momento em que o mandato do conselho está acabando, salvo engano em setembro, o Conselheiro Jony se manifesta dizendo que gostaria de fazer um adendo à colocação do Conselheiro Marlúcio, fazendo alusão a trecho bíblico, no qual narra a seguinte passagem com Jesus Cristo: terminou a festa, acabou-se o vinho todo mundo tinha saboreado as melhores iguarias, e agora, o vinho, acabou, o relato bíblico diz que o melhor vinho foi o do final da festa, e que bom que está chegando no final, mas num final bem gostoso, a Conselheira Estela Sá, deu às boas vindas ao novo conselheiro, dizendo que as questões no conselho não são fáceis, mas que o conselheiro já colocou que veio para contribuir, até porque é servidor do estado, vai se aposentar aqui, no futuro, pela AMPREV, e que se coloca à disposição, embora o mandato esteja terminando, que se chama Estela, do Ministério Público, que representa o patronal, mas que isso lhe é indiferente, o que na verdade representa é o direito daqueles que representa na sua instituição, e em comunhão de ideais e de que realmente a AMPREV possa andar nos trilhos como disse o Conselheiro Marlúcio, para que no futuro nenhum servidor do Estado sofra sem ter a sua aposentadoria como a lei diz, que se coloca à disposição para esclarecer sobre fatos, ocorridos nesses dois anos, que serão de grande valia o mesmo ter conhecimento, para que possa repassar, de forma a disseminar as questões graves da AMPREV para aqueles que o Conselheiro representa, em seguida, a Presidente do Conselho, dando seqüência, passou ao quarto item da pauta, o qual trata da aprovação do cálculo atuarial, inquirindo aos senhores conselheiros se tem algum questionamento a respeito da aprovação do cálculo atuarial, o Conselheiro Rosival Monteiro, se manifestou dizendo que tinha a fazer algumas ressalvas, que na reunião passada, foi apresentada pelo Senhor Paulo, representante do NAP, empresa contratada para fazer o cálculo atuarial, e durante a apresentação foram colocadas diversas questões consideradas relevantes, inclusive por ele mesmo, e que estão mencionadas no cálculo que ele fez, a questão da inconsistência que existe no nosso cadastro, forte inconsistência, e que durante este momento ele estava colocando para o Sr. Paulo, e ele concordou, que a base é uma base legal, a base atuarial e a base cadastral, sendo isso que dá consistência ao cálculo atuarial, e que quando existe uma fragilidade muito grande na nossa base cadastral e na nossa base legal, e, agravado ainda pelas propostas que foram apresentadas e que não estavam a contento dos conselheiros que se apresentaram na reunião, foi sugerido que se fizesse novamente baseado em

novas informações, inclusive o Conselheiro Wellington informou que o Governo pretendia, nos próximos dez anos, contratar dezessete mil pessoas, e que isso não tinha sido levado em consideração no nosso cálculo atuarial, ele tomava como base se não tivesse nesses anos vindouros, não entrasse ninguém novo, essa era uma das falhas que tinha no cálculo atuarial, por isso que não foi aprovado, a outra é com relação à necessidade de aporte de capital, porque como nós sabemos aqui, quando passou de IPEAP para AMPREV em 1999, antes nós tínhamos somente a parte de assistência saúde, e durante esse período nós não temos nada com relação à parte previdenciária, então o Governo tinha que fazer um aporte desse capital, para conseguir cobrir esse furo, foi decidido durante a reunião que ele, Conselheiro Rosival Monteiro, mais o Presidente do Conselho iriam conversar com o Secretário, que também é Conselheiro Haroldo Vitor, para que pudessem encontrar uma solução para esse aporte, que foi realizada uma reunião, quarta ou quinta-feira, e que se fizeram presente ainda, ele, Conselheiro Rosival, o Ex-Presidente da AMPREV/Conselho, o Diretor Financeiro da AMPREV, o Sr. Alberto Góes, e discutiu-se a respeito, primeiro sugeriu que fosse feito com aquele aporte do petróleo, havendo discordância, o Presidente então sugeriu que se fizesse o aporte com a Estrada de Ferro, para ir para um banco e formar uma base, porque a Estrada de Ferro só não podia vir, ela teria que ser transformada em dinheiro, então foram feitas essas sugestões, e ficou de se estudar e até fazer uma análise técnica, que depois e a partir dessa reunião, falou por duas vezes com o Ex-Presidente solicitando que o assunto fosse retomado, e o mesmo lhe disse que não dava no momento e foi protelando o assunto, sendo que até o momento não se tem uma posição em relação à essa situação atuarial, que não sabe o que foi que o Governo decidiu com relação a esse aporte, pois a sugestão era que se fizesse um aporte inicial, que quem exige isso não é AMPREV, e sim do Ministério da Previdência, que seja dada uma garantia efetiva, e que foi isso que foi esclarecido nessa reunião, e até agora não apareceu essa proposta, e não sabe se isso já foi repassado a Presidente do Conselho, ao que a mesma respondeu que não, retomando, o Conselheiro Rosival Monteiro concluiu dizendo que por isso não dá para aprovar porque não tem o aporte para que se possa trabalhar esse novo cálculo atuarial, já que o que foi apresentado não foi aprovado, já com esses novos instrumentos, esse novo cenário, a Presidente do Conselho, retomando a palavra, exortou o Diretor Financeiro da AMPREV, a se manifestar a respeito de tudo o que foi explanado pelo Conselheiro Rosival Monteiro, o Diretor Financeiro da AMPREV, Sr. José Bernardino Dias Júnior, tomando assento na sessão, deu boa tarde, e em seguida, se manifestou dizendo: que o cálculo que foi apresentado ao Conselho, contempla uma proposta de segregação de massa, que na última reunião do Ministério da Previdência com o CONAPREV, ocorrida em julho, foi discutido que vai ter uma nova legislação, que vai alterar a legislação atual, permitindo ao Estado, sem precisar fazer aporte, fazer a segregação de massa, assumindo as pessoas que causam déficit, até acabar o benefício, como forma de evitar que aqueles Estados, que já chegaram ao teto de alíquota, que é de vinte e dois por cento, e que mesmo assim não consegue resolver o seu déficit atuarial, e que não adianta injetar mais recursos, por isso o Ministério da Previdência, está buscando estudos no sentido de que o Tesouro do Estado assumira o pessoal que provoca o déficit, e que a Unidade

Gestora administre o pagamento, fazendo todo o procedimento, e o Estado repassa o orçamento desse pessoal que vai entrar em benefício, essa é uma proposta do Ministério, que vai ser discutido nessa reunião, com vistas à publicação dessas alterações sobre esse assunto, quanto à metodologia do cálculo atuarial, e novas definições a respeito de casos de déficit, porque se chegou à conclusão, que tomando por base a maioria dos Estados, ainda que aumente a alíquota para cinquenta por cento, não se consegue resolver o problema do déficit atuarial, que segundo as normas do Ministério da Previdência, cabe ao Estado decidir como vai fazer o aporte e resolver o problema do déficit, o que pode ser feito de duas maneiras, que a primeira é colocando recursos através do aumento de alíquota, o que é inviável, porque a maioria dos Estados já estão no limite de vinte e dois por cento, o Conselheiro Rosival Monteiro, argüi que no Estado do Amapá, a alíquota é de doze por cento e pode chegar até vinte e dois por cento, o Sr. José Bernardino diz que se for analisar o cálculo atuarial que foi feito, observa-se que ainda que aumente a alíquota do ente patronal para o limite de vinte e dois por cento, ainda assim não resolve o problema do déficit, então a solução seria segregar a massa, separando aquele pessoal que gera o déficit, que na modelagem tem um estudo onde se coloca a proposta de se tirar nove mil servidores, desse grupo de quase dezenove mil servidores, e com isso o regime se equilibra, e esse grupo de servidores vai ficar de responsabilidade do Executivo, não só o Executivo, mas sim os entes todos, como o Ministério Público, todos vão fazer aportes através de folha de pagamentos, e não de entrada de novos recursos através de aumento de alíquota, se for analisado, se verifica que no mesmo estudo, tem uma proposta que contempla a elevação de alíquota até vinte e dois por cento até dois mil e dezoito, mais ainda assim não resolve o problema do déficit, então, o que tem que ser feito é diminuir a quantidade de dezenove mil para oito mil servidores, estas são as soluções que são colocadas, no sentido de que como se deve fazer, sendo a melhor forma a segregação de massa, porque não adianta colocar novos recursos e aumentar a alíquota que não resolve, considerando que o déficit vem de um período muito longo, e tem que ser analisado, dados como a data de nascimento, data em que o servidor começou a trabalhar no governo, que a folha salarial informada no cálculo é de quarenta e dois milhões de reais, comparada com a folha salarial atual do Estado, considerando os aumentos salariais dados, que está aproximadamente em quarenta e quatro e/ou quarenta e cinco milhões, tendo consistência em termos de informações, sendo interessante que um dos senhores conselheiros se deslocasse até Brasília, para junto ao Ministério da Previdência verificar essas informações, bem como as mudanças significativas que vão ocorrer, o Conselheiro Rosival Monteiro, intervém, se manifestando nestes termos: o Bernardino como Diretor tem a informação, então a AMPREV tem a informação e não repassa ao Conselho, que ele fazia parte das negociações a respeito, junto com o Ex-presidente e em nenhum momento lhe foi repassado essas informações, e é como se tivesse dois momentos, o Conselho e tivesse a AMPREV do outro lado, porque se não é repassado uma informação como essa que é importante, a tempo, como é que vai ser realizada uma reunião para ser aprovada o cálculo com todas essas pendências, se até mesmo a legislação federal está pendente, e que as informações não eram para ser repassadas aqui, e sim antes, e nesse mesmo

viés está aquela outra negociação com o governo e os outros poderes, que estava conversando na semana passada com Sra. Roberta, e que a mesma informou-lhe que vai lhe convocar para uma reunião a respeito dessas negociações, que a mesma lhe disse que as negociações não andam, exceto, as negociações com o Executivo, que o Conselho não é posicionado, quem foi indicado para fazer isso não foi posicionado, por isso não tem como tomar decisão, que as pessoas omitem as informações, que as informações tem que ser repassadas a todos, principalmente àquelas pessoas que estão negociando, que como órgão público, essas informações não são segredos, e que é de interesse de todos que isso seja resolvido, que é interesse do servidor e principalmente do Estado, a aprovação do cálculo atuarial, que isso foi deixado bem claro em reunião com o Secretário, o Conselheiro Marlúcio, se manifesta dizendo que como podem vir pra cá, para aprovar uma coisa que está pendente, o Diretor Financeiro informa que o cálculo não está pendente, que o cálculo está feito, que o déficit atuarial é em torno de um bilhão e trezentos milhões, que isso está correto, que cabe ao Governo do Estado, a solução para saná-lo, podendo ser feito através de um decreto, que pode mudar o governo, mas que o decreto vai ter que ser cumprido, que o Ministério aceita o cálculo, mas precisa da legislação para resolver o déficit, que cálculo atuarial está pronto, com todas as premissas necessárias e que o Ministério aceita, o Conselheiro Rosival diz que o cálculo tem inconsistências quanto ao cadastro, e aos dezessete mil servidores, além de uma série de inconsistências, ao que o Diretor Financeiro diz que as inconsistências são pequenas e em relação ao tempo passado do servidor, o Conselheiro Rosival discorda dizendo que não chegaram ao ponto de discutir novamente com o NAP, porque as negociações com o Executivo não avançaram, a Conselheira Estela se manifesta dizendo que dos cenários colocados, nenhum é esse que o Sr. Bernardino está colocando, ao que, o mesmo informa que o cenário por ele explanado é o cenário oito, e a Conselheira Estela informa que não é esse o cenário indicado pelo NAP, a assessoria contratada pela AMPREV, o Diretor Financeiro, informa que tem o cenário oito nove e dez, que indica o aporte através da folha de pagamento, e a Conselheira Estela disse que isso já acontece, o Conselheiro Rosival Monteiro, diz que é fazer virtualmente, onde parte das pessoas ia ficar separado, fazendo a contabilidade em separado, o governo ia assumir esse pessoal, realmente para assumir o déficit, essa era uma das saídas mas é umas das saídas que tem que ser discutida, o Senhor Bernardino diz que o Ministério aceita em relação ao Conselho, é a aprovação do cálculo, e definir qual o déficit que o Governo vai assumir, que é de um bilhão e trezentos milhões, agora como o Governo vai assumir isso, como ele vai resolver não compete nem à AMPREV e nem ao Conselho, que a decisão é do governo, através de seus órgãos, de acordo com a sua capacidade de pagamento, que foi feita uma projeção, considerando a receita líquida do Estado, para ver qual o impacto do déficit, e foi verificado que em nenhum momento passa de quinze por cento, que é viável, o déficit atuarial é viável, tanto que nem foi considerado nessa projeção, as alterações em termos de aumento que essa receita líquida possa vir a ter, portanto a aceitação do cálculo junto ao Ministério é bem clara, porque foi feito de acordo com a legislação, onde não se tem os dados, foram usadas as premissas, de dezoito anos, que o servidor ingressou nos serviços público com dezoito anos, que tem dois filhos, que tem

uma esposa quatro anos mais jovem que ele, e que é um cálculo conservador, menos daquilo não vai ficar, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que o cálculo é irreal, e que pior do que isso pode ficar, porque não só o homem mas a mulher está casando com pessoas mais jovens, e bem mais de quatro anos, que as tábuas estão mudando para pior, o Sr. Bernardino diz que as mudanças na legislação se refere também às tábuas e à algumas metodologias, perguntando aos conselheiros se os mesmos analisaram todos os dados constantes no cálculo, como idade, tempo para se aposentar, folha de pagamento informada de quarenta e dois milhões para dezoito mil e quinhentos servidores, e que a folha atual deve ser de dezenove mil servidores, as premissas utilizadas, ressaltando que o cálculo atuarial tem coerência, a Conselheira Estela Sá, diz que a questão dos militares sequer foi tocada pelo NAP, o Sr. Bernardino diz que os militares foram considerados sim, e a Conselheira Estela afirma que não e que isso foi registrado na ata da décima segunda reunião, referindo-se aos Conselheiros Luiz Eduardo e Micherlon, o Sr. Bernardino, informa que os militares estão incluídos no cálculo, e o que ocorre em relação aos militares é que somente não foi possível projetar as mudanças de patentes e os aumentos salariais, o Conselheiro Marlúcio pergunta porque que se coloca uma coisa para ser aprovada se não depende do Conselho, e se isso implica no bloqueio do CRP, o Diretor Financeiro diz que o que implica no bloqueio do CRP é não ter o cálculo e não ter a legislação, que é o decreto que regulamenta como vai se definir os aportes em relação ao déficit atuarial, que podem ser feitos dez cálculos atuariais que as diferenças serão muito poucas, pela base de dados que se tem, pela quantidade de servidores, pela idade média do servidor que é de trinta e sete trinta e oito anos, pela quantidade de servidores homens e mulheres, tanto que nota-se em um dos cenários, é projetado o aumento da alíquota para vinte e dois por cento e que o impacto de nove mil servidores cai para oito mil servidores, ou seja é muito pouco, o Conselheiro Marlúcio diz que na hora da reunião fica parece barata tonta, e se isso é necessário passar pelo Conselho, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que é sim para ser discutido no Conselho, que o governo tem que decidir de que forma ele vai aportar, que o Conselho tem que saber como o Governo vai aportar, para saber como vai ser feito o cálculo, nesse momento o Conselheiro Joel Nogueira se manifesta dizendo que falta esclarecer o que exatamente o Conselho está votando, que o equilíbrio atuarial é o mais importante, e que isso tem que ser considerado tanto pela gestão, quanto pelo monitoramento do Ministério da Previdência, hoje o Ministério ainda não está aplicando todas as sanções em relação ao CRP, porque senão nenhum ente teria condições de obter o certificado, que a situação de desequilíbrio é praticamente comum a todos, que em julho esteve com o Sr. Delúbio, do Ministério da Previdência, o qual lhe informou que já tramita um projeto que tenta dar uma solução jurídica para essa questão de déficit atuarial, quando na verdade isso ainda não é uma premissa que esteja sendo efetivamente aplicada pelo Ministério, que se o estado enviar o demonstrativo da avaliação atuarial, automaticamente o sistema vai desbloquear e emitir o certificado para o ente, não sendo levada em consideração a questão de equilíbrio atuarial, e assim foi feito, foi encaminhado a DAA e o CRP foi expedido, se entrarem no site, para verificar todos esses critérios, essa questão do equilíbrio atuarial continua todo o tempo sob análise, continua em aberto, o que tem que se

esclarecer aqui exatamente é o que se está votando, se é apenas um documento que aponta este valor que o sistema precisa para restabelecer o equilíbrio, ou se a gente tá votando a medida que vai ser adotada, porque realmente isso não é da competência do Conselho, embora ache que isso é a questão mais importante sobre a qual deva-se debruçar aqui, porque nenhum Estado hoje tem condições de dispor de recursos financeiros suficientes para aportar ao seu regime e restabelecer seu equilíbrio, lembra que no estudo havia outro cenário, que nem foi colocado aqui, que previa a criação de uma espécie de fundo pelo Governo, onde ele aportaria alguns bens e direitos, acha que falta comunicação mais clara entre a Diretoria e o Conselho, porque essas questões pedem maior clareza, que em dois mil e cinco participou muito mais do Conselho, que depois realmente ficou um período ausente, que é fundamental que essas questões fiquem muito claras no Conselho, para se saber o que se está votando, o porquê, para quê, qual o reflexo da aprovação ou não de cada uma dessas as questões que são apreciadas no conselho, para que se tenha condições de avançar, que é do seu conhecimento, que não é especialista em atuária, mas bem que gostaria de ser mas não é, é que este documento é apenas um diagnóstico da situação atuarial do regime, que está identificando e apontando qual é hoje o déficit que ele tem, e é claro que o Conselho não tem como indicar qual é dos cenários que foram apresentados que o Conselho vai ver que a questão de segregação de massas, vem sendo debatida, como uma das soluções que talvez seja mais viável, o aumento progressivo das alíquotas, é uma das alternativas ainda que tenha um impacto muito pouco significativo na redução do déficit, mas talvez ela fosse uma alternativa viável, que inclusive tem um estudo sobre o desenvolvimento que prevê o impacto e o comprometimento nas despesas de pessoal do governo, e o comprometimento da receita corrente líquida, e que além disso tudo tem a questão da confiabilidade, que ainda subsiste, e é esse o principal problema, o Conselheiro Rosival Monteiro intervém neste momento, anuindo e dizendo que isso foi discutido como principal foco, retomando o Conselheiro Joel Nogueira disse que é fundamental isso, porque é possível que o déficit seja um pouco menor, mas que em termos de regime previdenciário, quando se fala um pouco, este pouco pode ser muito significativo, qualquer coisa é muito significativa, outro ponto que ele gostaria de destacar, sem pretender atropelar a pauta, é sobre as pendências de recolhimento, que tem um levantamento da AMPREV, que totaliza mais de cento e sessenta milhões de reais em valores corrigidos, só em relação ao Poder Executivo, e por outro lado o Executivo também provocou a AMPREV, para que fizesse um levantamento de valores a que o Estado seria credor em relação aos benefícios e licenças, e lhe parece que esse trabalho não avançou, que isso é uma questão muito sensível e que envolve valores muito significativos, em conversa com o Secretário de Planejamento, chegou-se à idéia de se trazer uma empresa especializada para fazer todo o levantamento do débito e sua atualização, que em relação aos créditos que a AMPREV tem para com o Governo do Estado, a Procuradoria Geral do Estado fez uma série de questionamentos relacionadas aos termos que não especificam quais os índices de correção, ou seja são de pouca confiabilidade, que como o Estado também reclama créditos que tem em face da AMPREV, que é necessário um profissional da área, com expertise, que a Caixa Econômica ou o Banco do Brasil, talvez tenham condições

de fazer isso, para verificação do que realmente é devido, do Estado para a AMPREV e da AMPREV para o Estado, como será feita a compensação, porque se trata de valores significativos, e que acha que ainda é muito prematuro para qualquer decisão, podendo tanto o Estado quanto a AMPREV saírem lesados, sendo necessário o auxílio de um profissional ou de um setor do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica, para a consolidação de todo o débito, que são valores significativos que estão deixando de entrar no caixa da previdência, o Conselheiro Rosival Monteiro, se manifesta dizendo que considera os dois assuntos muito importantes, que a Caixa Econômica já se colocou à disposição para fazer alguns serviços nesse sentido, mas que isso depende muito de que se decida aqui e se cumpra, que em relação à situação de se criar um fundo com Estrada de Ferro, que vale um valor absurdo, e esse fundo serviria como garantia, que compete ao Governo fazer as propostas, podendo a AMPREV apenas sugerir, quem tem que decidir é o Governo, que a relação vigente diz que ele tem que dar garantia atual, que tem que ser seguida, e que o debate até então considerava isso, mas que com a colocação do Bernardino, a respeito da nova legislação, isso tudo é novo, sendo preciso sentar e discutir, tendo que ir à Brasília para conversar com o Delúbio a respeito disso tudo, e avançar a discussão que não pode ficar parada, o Conselheiro Joel Nogueira, intervém dizendo que acha fundamental que o Conselho vivencie um processo de capacitação, não que o Conselho não tenha condições, mas acha que dessa forma as deliberações do Conselho seriam muito mais garantidas, acha que esse é um caminho que deve ser trabalhado com a instalação desse novo Conselho, que deve ser renovado em parte, é claro que ninguém vai sair daqui expert em gestão previdenciária, muito menos em ciência atuarial, mais que pelo menos a linguagem do regime seja melhor compreendida, e que em relação à votação ao demonstrativo, viu que ainda existem dúvidas sobre o que realmente significa, que acha a questão da capacitação é fundamental para o Conselho, que recorda que participou de diversas reuniões com instituições que interessadas em fazer o gerenciamento dos ativos da AMPREV, e que acha importante que essas questões sejam retomadas, que é fundamental que exista uma dedicação maior ao Conselho, que embora o Conselho não tenha competência para eleger qual o cenário que vai ser trabalhado, ele tem a obrigação de sugerir de forma fundamentada aquele que o Conselho considera mais factível, neste momento o Conselheiro Micherlon intervém, falando sobre as decisões e os pedidos da gestão passada em que participou junto com outros Conselheiros, houve sempre solicitação para AMPREV prestar concurso público, que no seu ver houve tanto investimento em pessoas que não vão aproveitar esse conhecimento dentro da AMPREV, que não são cargo efetivo e que estão simplesmente de passagem, que verifica, como o companheiro Bernard falou, que hoje na previdência está tendo uma nova legislação uma nova reformulação e que os conselheiros não estão cientes dessa nova gestão dessa nova lei previdenciária, que já esteve participando em outras situações representando os militares, que os militares realmente sempre vão dar problema na previdência, porque são separados e regidos por lei específica, e pede que dentro dessas reformulações que aqui estão sendo feitas na previdência, que se envie um ou dois conselheiros para tomar ciência, que apesar de estar perto do término do mandato, alguns conselheiros vão ser reempossados,

porque os companheiros estão aqui para defender situações, que ele defende a situação dos militares, que todos são representantes, que o Conselho faça parte dessa reformulação, que tem situações que são decididas que nenhum conselheiro tem conhecimento da causa, neste momento o Conselheiro Marlúcio intervém dizendo que faz dois anos que eles estão aqui, e que a primeira coisa que deveria ser mudada era a lei, para que quem ocupasse a presidência da AMPREV fosse servidor efetivo do Estado, que o Conselho encaminhou à Procuradoria e ao Governador denúncia sobre irregularidades na AMPREV, contendo coisas que até arrepiam a gente, que a Dra. Rosely falou que foi encaminhada minuta de alteração da lei, e que a primeira coisa que se decidiu foi a redução do Conselho, ao invés de trazer mais pessoas para o Conselho, que quando se coloca uma coisa aqui, como o Inquérito Civil Público da Procuradoria do Trabalho, sobre o CAIS, a Presidente do Conselho nesse momento intervém esclarecendo ao Conselheiro Marlúcio que em nenhum momento a proposta de alteração da lei enviada pela AMPREV ao Governador sugeria a redução do Conselho e que por ocasião em que o Conselheiro Marlúcio esteve na AMPREV ele sugeriu que o Conselho deveria ter mais membros, e a Conselheira Presidente disse que seria então uma assembléia geral e não um conselho, o Conselheiro Rosival se manifesta fazendo reforço à palavra do Conselheiro Joel, dizendo que já foi decidido no Conselho, nas últimas reuniões, que se contrataria uma empresa para ministrar cursos para os senhores conselheiros, que ele foi fazer o curso em Natal, de acordo com o que foi decidido pelo Conselho, e que ficou decidido que era necessário fazer uma capacitação permanente, que foi aprovado um orçamento de sete milhões e alguma coisa, onde foi contemplado um projeto onde se iria fazer seminários e workshops, como é que está andando isso, e cadê as prestações de contas, com o que se está gastando esses sete milhões, que se a Presidente atual quer realmente ajeitar, já que era Auditora e por ela passava todos os processos de despesas, neste momento a Presidente informa que ainda é Auditora, ao que a Conselheira Estela Sá e o Conselheiro Rosival Monteiro se manifestam no sentido que não se pode acumular cargos de Auditora e de Presidente, porque ninguém pode se auditar, assim como o Presidente do CEP também não deveria ser o Presidente da AMPREV, o Conselheiro Rosival Monteiro, pergunta à Presidente se o orçamento de dois mil e nove já foi encaminhado ao Governo, primeiramente a Sra. Presidente informa que sim, e em seguida se retifica dizendo que ainda não foi encaminhado, estando ainda no setor de planejamento, e que será marcada reunião com o Conselho para essa finalidade, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que não foram apresentadas as despesas, o que foi gasto, a prestação de contas, que desde outubro do ano passado ele fala isso, e que a mesma na condição de Auditora deveria estar acompanhando isso, a Sra. Presidente relembra que informou no início da reunião que ainda está tomando pé de toda a situação, a Presidente informa que em outubro do ano passado ela não era presidente do Conselho, a Conselheira Estela Sá, diz que o grande problema é de gestão, de falta de cumprimento das decisões do Conselho, que parece que não há a necessidade de ter Conselho, da mesma forma, que há mais de quatro ou cinco anos que a AMPREV não tem Conselho Fiscal na AMPREV, e que já conversou a respeito com o Governador que anotou isso, mas não sabe se tomou conta da necessidade de implantar o Conselho

Fiscal, e pergunta como é que fica as prestações de contas da AMPREV, quem é que audita, que a lei da AMPREV prevê que o Conselho Fiscal primeiro analisa e depois dessa análise vem ao Conselho Estadual de Previdência, para que sejam homologadas as contas, que o Conselho está remando contra a maré, e que não é à toa que já fizeram representações, e que se a Sra. Presidente cometer atos de gestão que não sejam apropriados, faremos da mesma forma, de representar junto ao Ministério Público, ou a quem de direito necessário for, pelo ato de gestão, porque a AMPREV não está sendo gerida como deveria, já há um bom tempo, e que isso é um grande prejuízo para a massa de servidores que contribui e que não sabe se vai se aposentar por aqui, porque não se sabe se vai ter o aporte financeiro necessário para que possa realmente garantir a aposentadoria no futuro, e que o servidor é tão desinformado que pensa que previdência serve para prestar assistência saúde, como era feito no CAIS, que por diversas vezes o Conselho foi achincalhado por levantar a bandeira para mostrar a irregularidade e a necessidade de sanar aquela irregularidade, e que enquanto o Governador, independente de quem for, não tiver a responsabilidade de colocar pessoas no cargo, seja ele servidor do quadro efetivo do Estado ou não, ou seja pessoa que tenha realmente o conhecimento da matéria, difícil vai ser o andar dessa carruagem, e que a capacitação deve abranger também a massa de servidores públicos do Estado, para que estes possam no futuro ter condições de se candidatar ao CEP e ao Conselho Fiscal, e que essa situação a deixa muito chateada, é como se jogasse palavras ao vento, o que tem que se fazer se faz, e aquele que sabe o que tem que fazer, de cobrar e não faz, pode ser responsabilizado, o Conselheiro Rosival sugere que se solicite esclarecimentos ao Diretor Financeiro José Bernardino em relação à proposta e contratação da empresa que vinha fazer o workshop e toda a parte de estruturação para a realização do concurso público, em relação à definição do quadro, o Conselheiro Marlúcio, intervém neste momento, dizendo que repassou um documento aos demais conselheiros que foi protocolado junto ao Ministério Público Federal e do Estado, e encaminhado ao Governador, que trata da cessão do ex-presidente, que por ser servidor público federal não podia estar cedido para uma empresa privada, motivo pelo qual o mesmo foi exonerado, a Sra. Presidente contemporiza dizendo que o presidente não está mais na instituição, não havendo necessidade disso estar sendo questionado, o Conselheiro Luiz Eduardo Nunes se manifesta dizendo que complementando o que a Conselheira Estela colocou, entende que o problema da AMPREV, é de gestão, que havia desrespeito em relação à própria convocação, passando até quatro meses sem reunião, que fica triste quando vê que o Conselho faz papel de palhaço, que concorda com a sugestão do Conselheiro Joel de se trabalhar melhor a questão da previdência, que recorda que quando o ex-presidente era indagado a respeito das reuniões o mesmo dizia que não havia assunto a ser discutido, citando como assunto pendente a questão do concurso público, e reportando-se ao CAIS, lembrou que apesar de ter sido extinto há bens para serem destinados, material que pode se estragar, a Sra. Presidente, informa que isso será discutido no que houver, com a possibilidade de realizar leilão, a Conselheira Estela informa que em diligência ao CAIS, juntamente com o promotor da Cidadania, que estavam presentes ainda a Doutora Rosely e a Ivana, oportunidade em que foi feito um levantamento de tudo o que

tem lá, e foi sugerido ao então Presidente a realização do leilão, e que lá existem material de consumo com prazo de validade para expirar, que isso foi feito no mês de abril ou julho, e que se nenhuma providência foi tomada e tem que ser responsabilizado a quem de direito, retomando a palavra, o Conselheiro Luiz Eduardo, relembra que ele, juntamente com o Conselheiro Marcelo Figueiredo fizeram um levantamento do quadro de pessoal, e que até hoje não tiveram a oportunidade de apresentarem esse trabalho ao Conselho, o que considera uma falta de respeito muito grande, a Sra. Presidente informa a sua preocupação com a depreciação dos equipamentos do CAIS, e que não pode fazer nenhuma manutenção, a Conselheira Estela Sá, disse que das vezes em que foi ao CAIS, obteve a informação de que a AMPREV contratou empresa para fazer manutenção principalmente nos equipamentos odontológicos e oftalmológicos, e se isso não for verdadeiro, vai agravar ainda mais o procedimento que está em aberto na Promotoria da Cidadania, o Diretor Financeiro informa que acha que foi feito sim a manutenção dos equipamentos, mas não se recorda o mês, talvez em fevereiro ou março, nesse momento o Conselheiro Jony Reis intervém, dizendo que observa que não há uma consonância em certas ações e atitudes que são tomadas na AMPREV, e que acredita que se não há na AMPREV ninguém que tenha obrigação como servidor público concursado, pergunta se isso não é um problema, que a Presidente, que era Auditora, tinha que saber de algumas coisas, e ao que lhe parece os demais subordinados estão bem à vontade, e aconselha a Presidente a tomar pé de toda a situação, porque a coisa é grave, e que o Conselho não lhe negará apoio à sua gestão, instado a se manifestar o Conselheiro Marcelo informa que juntamente com outro Conselheiro fez um trabalho em relação à gestão de pessoal dentro da AMPREV, e que foram detectadas algumas situações inconsistentes, pessoas em local inadequado, que não foi detectado de que forma estão sendo feitas as contratações, que ao que consta isso é feito de forma aleatória, e isso não pode acontecer em nenhuma gestão, que há muito tempo vem sendo feitas essas contratações, que nunca de forma alguma a AMPREV se preocupou em fazer concurso público, que é a forma legal de fazer contratação e constituir um quadro permanente para trabalhar, que no quadro permanente se atribui que a pessoa tenha mais fidelidade à empresa, constando tudo isso no relatório que foi ignorado até agora, e nem sequer foi discutido no Conselho, a Conselheira Estela informa que já houve sugestão de quadro de outras providências, as posições que o Conselho toma parece que são graciosas, e que a presidência, a gestão tem ignorado o que tem se decidido, que a responsabilidade é solidária, mas aquilo que foi sugestionado, que foi solicitado, e que o eventual presidente não fez, ele vai responder, mas o conselheiro que colocou e defendeu as suas posições não vai ser responsabilizado solidariamente por algo que ele não pode ser responsabilizado, neste momento o Conselheiro Marcelo Figueiredo lembra que o mandato do atual Conselho termina dia dez de outubro, o Conselheiro Joel Nogueira, diz que a Diretoria da AMPREV, deveria ter participação de servidores efetivos do Estado, que não sabe se esse assunto já foi levado ao Governador, que quando foi coordenador da SEFAZ, houve a reestruturação da carreira da Secretaria da Receita, que ele era coordenador da comissão, foi colocado a restrição para exercício dos cargos comissionados na área de administração tributária, e que isso passou de imediato, e que agora só

ocupam cargos na área de administração tributária da secretaria o servidor de carreira, que nos planos em que tem participado sempre há esse tipo de ressalva, que está sendo encaminhado à Assembléia três projetos que contêm esse tipo de ressalva, e que se essa ressalva fosse levada ao Governador ela seria muito bem recebida e discutida, e que o Conselho pode fazer uma indicação, que seria salutar que qualquer alteração fosse também discutida no Conselho, que pelo menos parte da Diretoria fosse ocupada por servidores efetivos, que está participando de um grupo que está elaborando a proposição da criação de um programa de assistência saúde aos servidores e que tem mantido contato com outros Estados que já prestam assistência saúde a seus servidores com êxito, e o caminho é esse, tentar colocar o máximo possível a gestão nas mãos dos interessados, que são os servidores, no caso da AMPREV, seria interessante que se tivesse assento no Conselho e na Diretoria pessoas que têm destaque na administração como um todo, sendo salutar que essas pessoas tenham vínculo permanente com o Estado, que tem como trabalhar politicamente essas questões, e vê que já teve experiências positivas, e que a Diretoria da AMPREV tem que encaminhar essa questão, que como Secretário de Governo, e o próprio Haroldo não se furtariam em encaminhar uma proposta dessa, mesmo que fosse para garantir que pelo menos parte da Diretoria tivesse vínculo com o Governo, o Conselheiro Rosival informa que já se tentou agendar reunião com o Governador para tratar de assunto dessa pertinência, que algumas Resoluções do Ministério da Previdência falam da questão da experiência de quem vai exercer o cargo de presidente, tanto na área financeira como sobre previdência mesmo, para que possa fazer uma gestão mais adequada, o Conselheiro Joel Nogueira complementa dizendo que no setor elétrico, as concessionárias de energia elétrica qualquer conselho de administração, qualquer que seja o controle acionário, a Eletrobrás tem exigido no mínimo dez a quinze anos de experiência no setor elétrico, porque são questões muito específicas, e que acha isso muito positivo, que como Secretário defende por mais que seja voto vencido dentro do Governo, a definição de critérios, de vínculo, e que considera isso fundamental para que se possa avançar, sendo importante olhar e enxergar para frente e persistir, tratando cada problema em sua esfera competente, o Conselheiro Rosival Monteiro requer que o Diretor Financeiro se manifeste para informar sobre o andamento do processo de contratação da Escola de Formação Previdenciária, o Sr. Bernardino se manifesta informando que foi encaminhado memorando ao Diretor Presidente, documento com a solicitação do treinamento, com a cópia do contrato, ficando a critério dele, e acredita que tenha sido repassado ao setor de planejamento, que a proposta de treinamento continha três módulos, um com workshop e seminários voltado aos servidores, um treinamento para a parte de planejamento e outro para o Conselho, a Conselheira Estela Sá, relembra que a idéia era de fazer parceria com a MACAPAPREV e a SANPREV, para dividir os custos e abranger maior massa de servidores, que pudesse receber capacitação, e sugere que se dê andamento a isso, no sentido de buscar esse curso para realmente propor essa capacitação, o Conselheiro Rosival pergunta se tem orçamento para isso, e o Diretor Financeiro, responde que sim, o Conselheiro Rosival, ressalta que ainda dá tempo de fazer, este ano, porque ainda faltam três meses para o final do ano, requerendo que a Presidente tome as providências necessárias, provocando o

Governo em relação à renovação do Conselho, retomando a Palavra, a Presidente propõe a votação da aprovação do cálculo atuarial, ressaltando que o Conselho tem que fazer o que é de sua competência, que é a aprovação do estudo atuarial, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que para ser aprovado ou não, o governo tem que fazer antes a proposta de como vai sanar o déficit, a Presidente requer a manifestação do Sr. José Bernardino, o qual se manifesta informando que foram colocados dez cenários para o Governo escolher e se manifestar, o Conselheiro Rosival diz que os cenários que foram colocados não levam em consideração a entrada de dezessete mil servidores, e que isso foi colocado na reunião que o mesmo estava presente, o Diretor Financeiro José Bernardino, informa que para efeito de cálculo atuarial o Ministério não aceita apenas a previsão de entrada de servidores, porque o cálculo tem que ser feito levando em consideração os servidores já efetivamente contratados, a Conselheira Estela intervém dizendo que o Conselheiro Welington informou que a base cadastral do Estado estava em andamento com previsão de término, para o final de agosto ou setembro, o que daria uma confiabilidade maior, o Conselheiro Rosival Monteiro, diz que tem dentro do próprio cálculo uma parte para colocar a previsão de entrada, sem ter nada estabelecido, como se não tivesse entrado ninguém, o Diretor Financeiro José Bernardino informa que como o cálculo é anual, que se for hoje novo cálculo o resultado vai ser outro, porque já entraram novos servidores, ou seja, de um ano para outro o resultado muda, que no Governo não sai pessoal, como nas empresas privadas, onde a rotatividade é diária, tanto entrando como saindo, no Governo há apenas a reposição, para cada servidor que se aposenta se contrata um, o que é considerado no cálculo é essa reposição natural, o Conselheiro Rosival Monteiro, diz que o cálculo atuarial considera que as pessoas vão morrer e que não vai entrar mais ninguém, o Diretor Financeiro esclarece que não é assim, que na verdade o cálculo considera a reposição natural, para cada ativo que se torna inativo, vai entrar um, a Conselheira Estela diz que a projeção é de que daqui a dez anos vai entrar dezessete mil servidores, o Conselheiro Rosival diz que em nenhum momento se parou para conversar de novo com o NAP, a Conselheira Presidente, pede à Secretaria que leia trecho da ata da reunião passada sobre a entrada de novos servidores, a Secretaria leu o seguinte trecho: "QUE NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS DEVEM INGRESSAR MAIS DEZESSETE MIL SERVIDORES NO ESTADO E O ATUÁRIO RESPONDEU QUE DAQUI A DEZ ANOS VÃO SER FEITOS NO MÍNIMO DEZ CÁLCULOS ATUARIAIS", o Conselheiro Rosival Monteiro diz que todo o ano o cálculo é revisto, que quando muda um dos elementos muda o cálculo, conforme a quantidade de pessoas, vai mudar o cálculo, que é uma das variáveis do cálculo, quando se coloca um valor dentro de uma variável, isso muda o resultado do cálculo, o Diretor Financeiro José Bernardino diz que se é feita uma previsão de contratação de servidores e isso não ocorre, isso pode gerar um déficit, porque a contratação também pode gerar déficit, o que pode até aumentar a alíquota, porque você não tem os dados, como a idade de servidores que vão entrar, o Conselheiro Rosival diz que aprovando isso se faz o que é legal, agora para se ter realmente um estudo e saber quando vai acabar o dinheiro que está projetado para dois mil e vinte e quatro, tem que ser feito de uma forma séria e consistente o que não está sendo feito, para que se possa trabalhar de uma forma planejada, para que não ocorra

isso de o Bernard saber de uma informação que a Conselheira Presidente não sabe, para que se tenha um cálculo feito, não para se apresentar ao Ministério da Previdência, e sim para se saber realmente qual é o retrato real da previdência, e sem um base cadastral e atuarial consistente, isso é difícil, agora se for somente para se aprovar o cálculo para se apresentar ao Ministério da Previdência, o quer foi apresentado pode ser aprovado e o Ministério vai aceitar, o Conselheiro Haroldo Vitor, se manifesta dizendo que irá se pronunciar em outra oportunidade sobre algumas questões que foram levantadas e encaminhadas à sua pessoa, tanto como Secretário, quanto como Conselheiro, e pergunta à Conselheira Presidente qual a obrigatoriedade de aprovação desse cálculo agora, e se a empresa terá algum prejuízo aprovando ou não esse cálculo que foi apresentado, a Conselheira Presidente responde informando que não vê nenhum prejuízo, o Conselheiro Haroldo requer que seja dado encaminhamento à votação, Marlúcio argumenta que vê sim prejuízo, a Conselheira Estela se manifesta dizendo que se que trabalhar e fazer a coisa com seriedade, esse cálculo não pode ser aprovado, que pela reunião que foi realizada em julho, pra sua pessoa não ficou de forma clara que aquele cálculo representava a realidade, também porque o Conselheiro Wellington informou que o cadastro da SEAD estava sendo fechado em agosto ou em setembro, e de certa forma pediu se dava para esperar ele fechar o cadastro do Estado, que é a massa maior que vai influenciar esse cálculo, que o Conselho não pode aprovar o cálculo só por aprovar, que se recusa a aprovar uma coisa que não se sabe se a informação, que é um dos tripés, que é o cadastro se é confiável ou não, o Conselheiro Haroldo reitera o pedido de encaminhamento da votação, a Diretora de Benefícios Dra. Ivana Contente se manifesta dizendo que o Conselho tem toda razão em relação ao cadastro como base para se fazer um cálculo atuarial correto, que por trabalhar diretamente com o cadastro, tem tido dificuldade em obter as informações cadastrais dos servidores, e o acesso ao cadastro, que gostaria de pedir aos senhores Conselheiros que levassem aos dirigentes dos órgãos isso, e que o Poder que onde encontra mais facilidade é o Poder Executivo e a Assembléia, e que o Tribunal de Contas é o órgão que tem mais dificultado o acesso à essas informações sendo o órgão mais fechado de todos, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que o Tribunal de Contas fez um cadastro no ano de dois mil e dois, juntamente com a AMPREV, e que esses dados não estão no cadastro da AMPREV, questionando-a sobre o que aconteceu com esses dados, a Diretora de Benefícios informa que recentemente foi enviado um técnico da AMPREV ao Tribunal de Contas para fazer atualização cadastral e que os servidores se recusaram a fazer, quando na verdade são obrigados a fazê-lo, e que é importante que a AMPREV se defenda e que se pontue algumas coisas, na seqüência a Conselheira Presidente coloca em votação a aprovação do cálculo atuarial e o Conselho por unanimidade se manifestou pela não deliberação, por falta de condições de deliberar sobre isso, passando ao segundo item da pauta, a Conselheira Presidente informa aos demais Conselheiros que o Comitê de Investimentos vai dar conhecimento sobre algumas de suas ações, o Conselheiro Rosival Monteiro se manifesta informando que Conselheiro Marlúcio está passando aos demais uma denúncia que se relaciona a irregularidades, que vem se repetindo em relação ao Comitê é parecido com o que vem acontecendo no Conselho, foi aprovada uma Política de Investimentos onde se prevê que a

Diretoria Financeira teria que apresentar propostas para análise do Comitê e que estas propostas, apesar de serem solicitadas não estão sendo apresentadas, que à revelia do Comitê vem se tomando várias decisões em relação a investimentos e só depois é dado conhecimento ao Comitê, que desta maneira o Comitê perdeu o sentido, que até mesmo este relatório só foi concluído hoje pela manhã, que é uma apresentação da Diretoria Financeira, ao qual só está tendo acesso agora, que por diversas vezes já foi solicitado que o texto seja melhorado para apresentação ao Conselho, que as decisões tomadas pelo Comitê sejam seguidas pelo Presidente, e que em relação a isso tem um fato relevante, qual seja uma decisão do Comitê, para se fazer uma aplicação em multimercado, que se mostrava muito positivo, e contrário à posição do Comitê o Presidente se posicionou reduzindo o quantitativo de dinheiro que o Comitê tinha indicado, que no mesmo mês teve uma grande perda em relação a esse investimento, e que a AMPREV deixou de ganhar, que teve ainda a realização de um investimento em um fundo do Bradesco sem ter sido apresentada ao Comitê, nenhum estudo técnico que comprovasse que esse fundo era rentável, que na penúltima folha do material, tem um gráfico que demonstra que em julho e agosto a rentabilidade foi negativa, Bradesco Multimercado Golden Profit Moderato, que essa foi uma decisão do Presidente e do Diretor Financeiro, que não foi apresentado em nenhum momento nenhum estudo a respeito da consistência desse papel, e que há dois meses ele está dando negativo, que foi investido nesse papel dois milhões, e que hoje se tem um milhão, novecentos e sessenta e seis mil, que se perdeu no primeiro mês por volta de dezesseis mil e dezessete mil no segundo mês, perfazendo um total de trinta e três mil, neste momento a Conselheira Estela Sá, pede licença e se retira da sessão, a Conselheira Presidente esclarece que o Comitê é um órgão consultivo e não deliberativo, que essa competência é da Diretoria Executiva, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que quando é decidido diferente ou à revelia do critério técnico, deve-se assumir a responsabilidade e o prejuízo, que conforme a Política de Investimentos, o Comitê deve ser consultado, e que a denúncia é nesse sentido, o Conselheiro Rosival Monteiro afirma que quando o Presidente toma uma decisão à revelia do critério técnico, está assumindo sozinho a responsabilidade, que a denúncia é nesse sentido, o Conselheiro Marlúcio Almeida, intervém, dizendo que gostaria de acrescentar que nessa questão da Diretoria Executiva decidir, que eles não podem responder por algo em que não estão sendo consultados, por isso foi feita a denúncia ao Ministério Público Federal, já que a AMPREV é fiscalizada pelo Ministério da Previdência, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que isso diz respeito à Política de Investimentos que foi aprovada, e que tem implicação, que se as decisões são tomadas, sem passar pelo Comitê que foi eleito na nossa Política de Investimentos, isso está desrespeitando a Política de Investimentos, que a decisão cabe ao Presidente, mas com bases técnicas e que quando dá um problema desse você assume, assim como você assumiu a responsabilidade de fazer sozinho sem consultar, você tem que assumir sim o prejuízo e quem vai assumir esses trinta e três mil, neste momento a Conselheira Presidente requisita a manifestação do Sr. José Bernardino, como Diretor Financeiro e Membro do Comitê de Investimentos, o qual se manifesta dizendo que se for observado na última página do demonstrativo, tem um investimento em um fundo que foi

referendado pelo Conselho que teve um prejuízo em agosto, de cinquenta e dois mil, o Conselheiro Rosival Monteiro afirma que a aplicação nesse fundo foi feita sem se consultar o Comitê, no valor de um milhão e meio, e o Diretor Financeiro contradisse afirmando que foi sim levado à apreciação prévia do Comitê de Investimentos em reunião realizada antes, que é muito difícil prevê o que vai acontecer no fundo, que pode hoje pode estar bem e amanhã estar ruim, principalmente nesse tipo de segmento que é multimercado, que tem todo tipo de papel, como derivativos, ações, CDIS, tanto que a lei só permite a aplicação de três por cento do patrimônio, porque sabe do risco que ele tem, que a aposta nesses fundos é que isso vai ser recuperado lá na frente, que se for analisado já foi perdido mais de vinte milhões em renda variável, mas que isso vai ser recuperado, que não se pode analisar um fundo com apenas um mês de aplicação, que os mesmos devem ser analisados depois de um ano, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que o fundo até pode dar prejuízo, mas que a questão é porque que não foi apresentado a proposta para o Comitê de Investimentos, o Diretor Financeiro diz que o Comitê tem que escolher o seguimento e que a escolha do fundo deve ser da Diretoria Executiva, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que isso é o que o Diretor Financeiro acha, e que todos os fundos tem que ser analisados pelo Comitê para saber qual está dando melhor retorno, o Diretor Financeiro informa que todos os fundos foram analisados, e que se for observar até maio o fundo estava muito bem, que a Diretoria Financeira tinha o estudo só o que faltou talvez, foi enviar para o Comitê, que o Comitê sugeriu ao Presidente aplicar quinze milhões, e ele resolveu não colocar os quinze, que ele resolveu diversificar e abrir o leque, porque um fundo ganha e outro perde, um pode estar positivo e outro não no mesmo mês, ou até os dois estarem positivo, que o estudo foi apresentado ao Diretor Presidente, contendo as lâminas dos meses de janeiro a maio, e que o investimento foi feito em junho, e que o fundo estava positivo, nesse momento o Conselheiro Haroldo Vitor intervém, dizendo que gostaria de dar um depoimento otimista, dizendo de sua satisfação de ver uma mulher na Presidência do Conselho, e de ver um clima muito mais harmonioso, do que em outras reuniões que participou anteriormente, e acha isso muito positivo, que acha que é fundamental ser propositivo, que acha que é o momento de não se esquecer os erros do passado, e quem errou deve ser responsabilizado, nos termos da lei, mas isso é uma parte que não pode prejudicar o nosso comportamento futuro, que é o bem estar da AMPREV e em última instância de todo os funcionários do Estado, que foi questionado sobre algumas coisas e que vai se manifestar oportunamente em outro momento, porque terá que se ausentar, mas que gostaria de registrar que é favorável que a Diretoria da AMPREV seja composta por funcionários estáveis do GEA e que a AMPREV faça no mais breve espaço de tempo o concurso, e que haja uma transição, que é funcionário público federal, e que sempre combateu o que acha um erro do funcionário público federal, sempre nas discussões com o Governo o funcionário sempre se focou no salário, que acha que deve sim se pautar pelo salário, mas não é só por isso que deve se pautar, pois deve se pautar principalmente na profissionalização do serviço público, que no Bando do Brasil e no Tesouro, ninguém será caixa, funcionário ou servente, se não for funcionário do Banco do Brasil se não for funcionário do Tesouro, que considera a bandeira da profissionalização no serviço

público uma bandeira fundamental, o que pode ser encaminhado uma proposta pelo Conselho ao Governo, ou aquém de direito, para ser modificada a legislação vigente para ser incluído esse item de que os Diretores da AMPREV devem ser funcionários estáveis do GEA, que foi procurado pelo Ex-Presidente, como Secretário de Planejamento, que é seu dever defender os interesses do Tesouro, que naquela oportunidade foram apresentadas várias alternativas, que em um decreto não pode ter várias alternativas, tem que ter uma alternativa que tenha sido selecionada, depois de ter sido bem discutida, bem definida e bem proposta e o Governo vai dizer se aceita ou se não aceita, ou então que a Presidenta reiterasse ao Governo uma definição sobre o tema, que poderia listar dez a quinze assuntos que estão pendentes e que são fundamentais para AMPREV, que deve-se tomar a iniciativa de elencar alguns e resolver encaminhando as coisas, e que a discussão está sendo exaustiva porque vem de longo tempo, com a mudança de Diretoria passa a ter muita confiança de que a AMPREV vai ter uma guinada muito forte, e que é possível passo a passo, dando solução uma a uma das pendências, com planejamento, podendo resolvê-las até o final do ano, as quais tem que ser elencadas e resolvidas, e seria satisfatório ver que o trabalho de quase dois anos do Conselho está dando fruto e o ânimo seria outro, e na seqüência pede desculpas porque terá que se ausentar, o Conselheiro Rosival Monteiro informa que foram encaminhadas à Secretaria de Planejamento diversas propostas que ficariam de ser discutidas com a equipe técnica da Secretaria, e que não foram contatados por esta equipe, o Conselheiro Joel Nogueira pergunta se já tem algum trabalho iniciado em relação ao concurso público, e foi informado pela Sra. Presidente que não, mas que já foi decidido que será feito, em seguida perguntou em relação aos bens do CAIS, se já existem procedimento iniciado, foi informado que não, mas a decisão já foi tomada, reafirma que é fundamental que a Diretoria e o corpo executivo da AMPREV se organizem para implementar isso, porque é exigido uma mudança de atitude e fazer um concurso público não é muito simples, exige muita dedicação, nesse momento o Conselheiro Haroldo Vitor, diz que tem que ser dado o primeiro passo, o Conselheiro Rosival Monteiro diz que a maioria das decisões que foram tomadas após a instalação foram feitas à sua revelia, o Conselheiro Marcelo Figueiredo, se manifesta informando que consta no relatório que foi feito tudo isso, que o concurso público é uma das etapas, o plano de cargos, os cargos que vão ser necessários, a descrição dos cargos, que têm um trabalho lá no Ministério Público que foi começado há cinco anos, que é a política de cargos e salários, e que esse ano foi publicada a lei, agora será planejado o concurso público e que talvez saia no ano que vem, que foram mais de cinco anos de luta, que entre uma gestão e outra chegou-se a um denominador comum e consegui publicar a lei, nesse momento o Conselheiro Rosival Monteiro intervém que dizendo que quer defender também o aumento do salário dos servidores, que existem funcionários sobrecarregados, como a Diretoria Financeira, porque tem pessoas que estão contratada para determinadas funções auxiliares que são incapazes de realizar, que é necessário fazer gestão dentro da AMPREV, que ainda é necessário saber sobre o relatório de despesas da AMPREV, que esse relatório pode ser recebido em casa pelos Conselheiros, o Conselheiro Marcelo propõe que o relatório que foi feito sobre a gestão de pessoal, seja pauta da próxima reunião, para se definir a situação, que não se pode fazer concurso sem

Diablaunna

que se crie antes algumas ferramentas administrativas, como fluxograma, descrição de cargos e salários, plano de cargos e carreiras, o Conselheiro Luiz Eduardo Nunes intervém que foi colocado no início da reunião pelo Conselheiro Marlúcio, a possível saída da Dra. Rosely Caldas, observem que tem funcionários que já foram bastante capacitados e exigidos, como é caso da Dra. Rosely Caldas, e se indaga sobre o porquê da insatisfação, que são falhas a nível de gestão mesmo que podem trazer a insatisfação ao funcionário, e que a AMPREV corre o risco de se perder uma funcionária com toda capacidade, o Diretor Financeiro, presta, a pedido da Conselheira Presidente, algumas informações a respeito dos investimentos, esclarecendo que o relatório da Diretoria vai ser repassado ao Comitê, e que depois será consolidado em outro que será elaborado conjuntamente com o Comitê de Investimentos, informa que será tentado trabalhar uma pauta com o Comitê no sentido de preestabelecer que quando cair um crédito na conta, o mesmo deva ser investido em determinada aplicação, e se coloca à disposição de todo o Conselho para qualquer esclarecimento sobre o assunto, o Conselheiro Rosival Monteiro observa que há um investimento que foi questionado desde o primeiro momento, cerca de trezentos e oito milhões, aplicado em LFT, Letra Financeiras do tesouro, no Banco do Brasil, se observarem o gráfico, verão que o CDI, está acima da rentabilidade desse fundo, e é o fundo em que a AMPREV tem mais dinheiro, que na terceira página, tem um fundo da Caixa Econômica, que é LFT também, que dá muito mais rentabilidade, e que só tem oito milhões lá, que o gráfico demonstra historicamente isso, que a diferença é em torno de dois por cento, que significa, seis milhões, no decorrer de um ano, o Diretor Financeiro informa que está agendado com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil, por volta do dia 30 desse mês, reunião para apresentação e análise de carteira, o Conselheiro Rosival informa que ele e o Conselheiro Marlúcio Almeida, estão tentando a cerca de três meses, sem sucesso, fazer uma reunião com o Banco do Brasil, o Conselheiro Marlúcio pergunta se está sendo realizada na AMPREV uma Auditoria Independente, e se o Ministério da Previdência vais realizar uma Auditoria na AMPREV, a Conselheira Presidente informa que sim, e que em relação à Auditoria do Ministério da Previdência está indo à Brasília, juntamente com o José Bernardino, e que depois de amanhã estará reunindo com o Auditor do Ministério, para saber maiores detalhes, e saber de que forma a AMPREV pode estar ajudando, o Diretor Financeiro informa que ainda não tem data definida para a realização da Auditoria, mas o que pode adiantar é que as folhas de pagamento do Governo, de todos os poderes serão auditadas desde o ano de dois mil e um, o Conselheiro Rosival Monteiro reporta-se a um relatório de uma auditoria do MPS, que foi feita no ano de dois mil e seis, onde foi mencionada a compra de alguns títulos, em duas corretoras, Euro DTVM e Atlas DTVM, por volta de março e abril do ano de dois mil e seis, e que ele gostaria de saber o que aconteceu com esses títulos, e que esses títulos só passaram para custódia do HSBC em outubro ou novembro, e que apresenta um prejuízo de um milhão e oitocentos, e quer saber porque foram comprados esses títulos, e porque já foram vendidos, o Conselheiro Marlúcio diz que vai ser encaminhado documento perguntando sobre isso, e gostaria que o mesmo fosse respondido, em seguida a Sra. Conselheira Presidente deu por encerrada a reunião, cuja presente Ata foi lavrada por mim, Rosely do Socorro Prado Caldas, e

que, depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os membros presentes. Macapá, 23 de setembro de 2008.

FRANCICLEIDE MARINHO LIMA _____
Presidente do Conselho Estadual de Previdência - CEP

JOEL NOGUEIRA RODRIGUES _____
Representante do Poder Executivo – Secretário de Governo

HAROLDO VITOR DE AZEVEDO SANTOS _____
Representante do Poder Executivo – Secretário de Governo

ESTELA MARIA PINHEIRO DO NASCIMENTO SÁ _____
Representante do Ministério Público

LUIZ EDUARDO NUNES _____
Representante do Militares Ativos

MICHERLON MENDONÇA DOS SANTOS _____
Representante dos Militares Inativos e Pensionistas

MARLÚCIO DE ALMEIDA SOUZA _____
Representante dos Servidores da Assembléia Legislativa

ROSIVAL NAZARENO FORTUNATO MONTEIRO _____
Representante dos Servidores do Tribunal de Contas

MARCELO FIGUEIREDO _____
Representante dos Servidores do Ministério Público

MOISÉS TAVARES DE ARAÚJO _____
Representante dos Servidores do Executivo Cívil Inativos e Pensionistas

JONY REIS DOS SANTOS _____
Representante dos Servidores Cívicos Ativos do Poder Executivo

ROSELY DO SOCORRO PRADO CALDAS _____
Secretária do CEP

Gilberto P. Pinheiro

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

LISTA DE FREQUÊNCIA

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA
DATA: 23 DE SETEMBRO DE 2008

- FRANCICLEIDE MARINHO LIMA** compareceu - usabalda
Presidente do Conselho Estadual de Previdência – CEP
- JOEL NOGUEIRA RODRIGUES** compareceu - usabalda
Secretário Especial de Coordenação e Desenvolvimento da Gestão
- WELINGTON CARVALHO CAMPOS** FALTOU - N.J até 23/09/08
Representante do Poder Executivo
- HAROLDO VITOR DE AZEVEDO SANTOS** compareceu - usabalda
Secretário Estadual de Orçamento Planejamento e Tesouro
- ESTELA MARIA PINHEIRO DO NASCIMENTO SÁ** compareceu - usabalda
Representante do Ministério Público
- LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS** FALTOU - N.J. até 23/09/08
Representante do Tribunal de Justiça do Estado
- REGILDO WANDERLEY SALOMÃO** FALTOU - N.J. até 23/09/08
Representante do Tribunal de Contas
- LUIZ EDUARDO NUNES** compareceu - usabalda
Representante dos Militares Ativos
- MICHERLON MENDONÇA DOS SANTOS** compareceu - usabalda
Representante dos Militares Inativos e Pensionistas
- LOURIVAL SILVA PIMENTEL** FALTOU - N.J. até 23/09/2008
Representante dos Servidores do Tribunal de Justiça
- MARLÚCIO DE ALMEIDA SOUZA** compareceu - usabalda
Representante dos Servidores da Assembléia Legislativa
- ROSIVAL NAZARENO FORTUNATO MONTEIRO** compareceu - usabalda
Representante dos Servidores do Tribunal de Contas
- MARCELO FIGUEIREDO** compareceu - usabalda
Representante dos Servidores do Ministério Público
- MOISÉS TAVARES DE ARAÚJO** compareceu - usabalda
Representante dos Servidores do Executivo Cívico Inativos e Pensionistas
- JONY DOS REIS SANTOS** compareceu - usabalda (POSSE)
Representante dos Servidores do Executivo Cívico
- DALTO DA COSTA MARTINS** FALTOU - N.J. até 23.09.2008
Representante da Assembléia Legislativa
- ROSELY DO SOCORRO PRADO CALDAS** usabalda
Secretária do CEP

NJ: Não justificou.